

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ªSL

Aos 9 dias do mês de junho de 2021, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;**
4. **Apreciação e votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2019;**
Relator: Deputado Telmo Correia (CDS-PP)
5. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Proposta de Lei n.º 87/XIV/2.ª (ALRAM) - Sobre a atribuição de Subsídio de Insularidade;**
Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
 - **Proposta de Lei n.º 89/XIV/2.ª (GOV) - Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2019/1153, relativa à utilização de informações financeiras e de outro tipo para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais;**
Relator: Deputado José Manuel Pureza (BE)
 - **Projeto de Lei n.º 814/XIV/2.ª (Ninsc JKM) - Revoga a alínea f) do artigo 202.º do Código de Processo Penal, quanto à possibilidade de aplicação da medida de coação de prisão preventiva de indivíduos que tiverem penetrado ou permaneçam irregularmente em território nacional ou contra a qual estiver em curso processo de extradição ou expulsão;**
Relatora: Deputada Cláudia Santos (PS)
 - **Projeto de Lei n.º 819/XIV/2.ª (PEV) - Condições de acesso à pré-reforma para os oficiais de justiça (Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro);**
Relator: Deputado José Manuel Pureza (BE)
 - **Projetos de Lei n.ºs 820/XIV/2.ª (PEV) - Integração do suplemento de recuperação processual dos oficiais de justiça no vencimento mensal (Alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais); 823/XIV/2.ª (PCP) - Incorpora o suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro); e 834/XIV/2.ª (BE) - Integra o suplemento de recuperação processual no vencimento dos oficiais de justiça (alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais);**
Parecer conjunto do Relator: Deputado José Manuel Pureza (BE)
6. **Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, dos seguintes Projetos de Voto:**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ªSL

- 586/XIV/2.ª (PAN) – De Saudação pelos profissionais que socorrem os migrantes que tentam chegar a solo europeu;
- 591/XIV/2.ª (PS) - De saudação ao Dia Internacional das Crianças Desaparecidas;

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pela Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira para audição da Inspetora-Geral da Administração Interna, Juíza Desembargadora Anabela Leitão Cabral Ferreira, sobre atuações discriminatórias por parte das forças e serviços de segurança no exercício das suas funções;

8. Distribuição e admissão de petições, designadamente:

- Petição n.º 248/XIV/2 - Invocam a violação do princípio da igualdade no funcionamento da mobilidade interna entre serviços da Polícia de Segurança Pública, na modalidade de colocação por oferecimento;
- Petição n.º 253/XIV/2 - Eleições Legislativas - Voto pela Via Postal para todos os Cidadãos Portugueses Eleitores;

9. Outros assuntos.

11h15

Audição, por videoconferência, do Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Estatística, Prof. Dr. Francisco Lima, a requerimento dos Grupos Parlamentares do BE e do PSD, sobre a transferência de dados pessoais para os Estados Unidos da América ou quaisquer países terceiros no quadro do Censos 2021, na sequência de contrato celebrado com uma empresa norte-americana.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTA DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR E CONSULTAS A PROMOVER
PPL 101/XIV/2.ª (ALRAA)	Vigésima oitava alteração ao Decreto -Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) <i>Consulta a promover: Infarmed</i>

PROJETO DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR E CONSULTAS A PROMOVER
PJL 860/XIV/2.ª (PEV)	Procede à segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, com vista a prevenir e combater o enriquecimento injustificado e a ocultação de riqueza <i>Obs: em conexão 1.ª Comissão</i> <i>Competente: 14.ª Comissão</i>	Deliberado não emitir parecer

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ªSL

No segundo ponto, procedeu-se à distribuição da seguinte iniciativa europeia:

TÍTULO DO DOCUMENTO	RELATOR	PRAZO DE ENVIO DO RELATÓRIO À CAE
COM(2021)294 -Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO que altera a Recomendação (UE) 2020/1475 do Conselho, de 13 de outubro de 2020, sobre uma abordagem coordenada das restrições à liberdade de circulação em resposta à pandemia de COVID-19.	Deputada Márcia Passos (PSD)	07.07.2021

Não tendo dado entrada projetos de voto, e por ainda não se encontrar presente o Deputado relator do parecer sobre a [Conta Geral do Estado de 2019](#), passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos – o quinto ponto -, começando por ser apreciado o [parecer](#) sobre a Proposta de Lei n.º 89/XIV/2.ª (GOV) - [Transpõe a Diretiva \(UE\) n.º 2019/1153, relativa à utilização de informações financeiras e de outro tipo para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais](#), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), e, no final, submetido a votação, aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Seguidamente, foi apreciado o [parecer](#) sobre o Projeto de Lei n.º 819/XIV/2.ª (PEV) - [Condições de acesso à pré-reforma para os oficiais de justiça \(Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro\)](#), que foi apresentado pelo respetivo relator, Deputado José Manuel Pureza (BE). Após as intervenções das Senhoras Deputadas Joana Sá Pereira (PS) e Mónica Quintela (PSD), o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do PAN, do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Foi igualmente apresentado o [parecer conjunto](#) sobre os Projetos de Lei n.ºs 820/XIV/2.ª (PEV) - [Integração do suplemento de recuperação processual dos oficiais de justiça no vencimento mensal \(Alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos](#)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ªSL

[processuais](#)); 823/XIV/2.ª (PCP) - [Incorpora o suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais \(1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro\)](#); e 834/XIV/2.ª (BE) - [Integra o suplemento de recuperação processual no vencimento dos oficiais de justiça \(alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais\)](#), pelo respetivo relator, Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), que, após a intervenção do Senhor Deputado António Filipe (PCP), foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do PAN, do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Foi, ainda, apreciado o [parecer](#) sobre a Proposta de Lei n.º 87/XIV/2.ª (ALRAM) - [Sobre a atribuição de Subsídio de Insularidade](#), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD). Após as intervenções do Senhor Presidente e da Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD), o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do PAN e do CH.

Retomado o quarto ponto da ordem de trabalhos, foi apreciado o parecer sobre a [Conta Geral do Estado de 2019](#), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP). Após a intervenção da Senhora Deputada Cláudia Santos (PS), o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do PAN e do CH.

No quinto ponto da ordem de trabalhos, por último, foi apreciado o [parecer](#) sobre o Projeto de Lei n.º 814/XIV/2.ª (Ninsc JKM) - [Revoga a alínea f\) do artigo 202.º do Código de Processo Penal, quanto à possibilidade de aplicação da medida de coação de prisão preventiva de indivíduos que tiverem penetrado ou permaneçam irregularmente em território nacional ou contra a qual estiver em curso processo de extradição ou expulsão](#), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Cláudia Santos (PS). Na discussão que se seguiu intervieram, além do Senhor Presidente e da relatora, as Senhoras e os Senhores Deputados Joacine Katar Moreira (Ninsc), Beatriz Gomes Dias (BE), António Filipe (PCP), Telmo Correia (CDS-PP) e Mónica Quintela (PSD), tendo todos cumprimentado a relatora e destacado o facto de, manifestamente, a opinião expressa no parecer ter enriquecido o tratamento da matéria em debate. Os

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ªSL

intervenientes reconheceram que existia um problema, embora tenham defendido que a proposta apresentada não seria a mais adequada para o resolver, concluindo, no entanto, pela necessidade de se visitar esta alínea *f*) do artigo 202.º do Código de Processo Penal, não em termos de a revogar totalmente, mas através da introdução de alguns aperfeiçoamentos. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PAN e do CH.

No sexto ponto, que consistia na discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, dos Projetos de voto n.ºs [586/XIV/2.ª \(PAN\)](#) – De Saudação pelos profissionais que socorrem os migrantes que tentam chegar a solo europeu; e [591/XIV/2.ª \(PS\)](#) - De saudação ao Dia Internacional das Crianças Desaparecidas, começou por ser apreciado este último - uma vez que o PAN solicitou o adiamento, para um pouco mais tarde, da discussão do primeiro. Após as intervenções das Senhoras Deputadas Susana Amador (PS) e Beatriz Gomes Dias, o Projeto de Voto n.º 591/XIV/2.ª (PS) foi aprovado por unanimidade, na ausência do CH.

No ponto seguinte, que consistia na discussão do [requerimento](#) apresentado pela Senhora Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, para audição da Inspetora-Geral da Administração Interna, Juíza Desembargadora Anabela Leitão Cabral Ferreira, sobre atuações discriminatórias por parte das forças e serviços de segurança no exercício das suas funções, após a intervenção da Senhora Deputada Joacine Katar Moreira (Ninsc), que o apresentou, intervieram as Senhoras Deputadas Susana Amador (PS) e Beatriz Gomes Dias (BE) e o Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), que saudaram a proponente pela apresentação do requerimento e disseram concordar com a vinda da Senhora Inspetora-Geral da Administração Interna a esta Comissão. No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do CH.

Por já se encontrar presente a Deputada do Grupo Parlamentar do PAN, foi retomado o ponto anterior, com a apreciação do Projeto de Voto n.º [586/XIV/2.ª \(PAN\)](#) – De Saudação pelos profissionais que socorrem os migrantes que tentam chegar a solo europeu, que foi apresentado pela Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN), tendo de seguida usado da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Telmo Correia (CDS-PP), Romualda Fernandes (PS), Duarte Marques (PSD), Joacine Katar Moreira (Ninsc)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ªSL

e Beatriz Gomes Dias (BE), que se associaram à saudação pela atitude humanitária, apesar de os Deputados do PSD e do CDS-PP terem expressado não concordar com os considerandos que acompanharam o voto. No final, submetido a votação, o Projeto de voto foi aprovado por unanimidade, tendo o Senhor Presidente informado que iria fazer chegar ao conhecimento da Cruz Vermelha espanhola a aprovação do voto, com a indicação de o comunicar à socorrista Luna Reyes.

Dado o adiantado da hora, foi adiado para a reunião seguinte o oitavo ponto da ordem de trabalhos, que consistia na distribuição e admissão de petições.

Por último, no ponto, reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente deu nota de que baixaram à Comissão, sem votação, por um prazo de 30 dias, para nova apreciação na generalidade, quatro projetos de lei cujo objeto coincidia com a [Proposta de Lei n.º 28/XIV/2.ª \(GOV\)](#) e o [Projeto de Lei n.º 361/XIV/2.ª \(BE\)](#), iniciativas que se encontravam na Subcomissão para a Igualdade e não Discriminação, que fora incumbida de preparar a nova apreciação. Mais concretamente os Projetos de Lei n.ºs [630/XIV/2.ª \(Ninsc CR\)](#) - *Reforça a proteção das crianças e jovens que vivam em contexto de violência doméstica ou que o testemunhem*; [779/XIV/2.ª \(PAN\)](#) - *Reconhecimento do estatuto de vítima às crianças que testemunhem ou vivam em contexto de violência doméstica, alterando a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, e o Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro*; [849/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) - *Consagração do estatuto de vítima para as crianças que testemunhem a prática de violência doméstica ou que vivam em contexto de violência doméstica*; e [853/XIV/2.ª \(IL\)](#) - *Reconhece o estatuto de vítima aos menores que vivam em contexto de violência doméstica ou o testemunhem*. Sugeriu, por isso, o Senhor Presidente, que também esses fossem tratados na Subcomissão, proposta que mereceu a concordância dos presentes.

Recordou igualmente que, no próximo dia 14 de junho, teria lugar a II Conferência Interparlamentar de Alto Nível sobre Migrações e Asilo na Europa, organizada pelo Parlamento Europeu e a Assembleia da República, no quadro da Dimensão Parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, informando que a



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ªSL

Comissão se faria representar através do Senhor Vice-Presidente Deputado José Manuel Pureza (BE) e da Senhora Deputada Alma Rivera (PCP).

Referiu, ainda, que no dia 16 de junho, pelas 11 horas a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas reuniria, presencialmente e à porta fechada, com o Governo para apresentação do projeto-piloto do voto eletrónico descentralizado, com a presença da Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, da Secretária de Estado da Inovação e da Modernização Administrativa, da CNE e da CNPD, tendo convidado a 1.ª Comissão para reunir conjuntamente, pelo que colocava à consideração dos presentes o interesse na realização dessa reunião conjunta. Uma vez manifestado esse interesse, o Senhor Presidente disse que assim se faria e que iria comunicar à 2.ª Comissão

Por fim, informou que no dia 22 de junho teria lugar, por videoconferência, uma Reunião Interparlamentar organizada pela Comissão de Assuntos Constitucionais (AFÇO) sobre a Lei eleitoral para o PE e o direito de inquérito parlamentar, cabendo à 1.ª Comissão designar dois Senhores Deputados para integrarem a delegação da AR.

Após uma curta interrupção, teve início a audição, por videoconferência, do Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Estatística (INE), Prof. Doutor Francisco Lima, a requerimento dos Grupos Parlamentares do BE e do PSD, sobre a transferência de dados pessoais para os Estados Unidos da América ou quaisquer países terceiros no quadro do Censos 2021, na sequência de contrato celebrado com uma empresa norte-americana, tendo o Senhor Presidente começado por cumprimentar o Senhor Presidente do INE.

Após contextualizar a realização da audição, referindo-se aos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do [BE](#) e do [PSD](#), o Senhor Presidente explicitou a metodologia a adotar, tendo, de imediato, dado a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), para uma intervenção na qualidade de requerente, que foi seguida de resposta do Senhor Presidente do INE, Prof. Doutor Francisco Lima.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ªSL

Em seguida, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados José Magalhães (PS), Márcia Passos (PSD), José Manuel Pureza (BE) e António Filipe (PCP), tendo o Senhor Presidente do INE respondido no final ao conjunto das questões colocadas.

Por último, o Senhor Presidente agradeceu a participação da Presidente do INE e os esclarecimentos prestados, dando por concluída a audição.

A audição foi [gravada em vídeo](#) e transmitidas pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 40 minutos, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de junho de 2021.

O Presidente da Comissão



(Luís Marques Guedes)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 69/XIV/ 2.ªSL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)
Isabel Alves Moreira (PS)
Isabel Rodrigues (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
José Magalhães (PS)
Romualda Fernandes (PS)
André Coelho Lima (PSD)
André Neves (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Luís Marques Guedes (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Mónica Quintela (PSD)
Sandra Pereira (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)
Beatriz Gomes Dias (BE)
José Manuel Pureza (BE)
António Filipe (PCP)
Telmo Correia (CDS-PP)
Joacine Katar Moreira (NINSC)
Nuno Sá (PS)
Paulo Porto (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Susana Amador (PS)
Carlos Peixoto (PSD)
José Cancela Moura (PSD)
Bebiana Cunha (PAN)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês De Sousa Real (PAN)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Elza Pais (PS)
Isabel Oneto (PS)
Pedro Delgado Alves (PS)